

humanitas



Vol. LXIII
2011

traduções próprias de línguas consideradas “acessíveis”. Seria ainda pertinente ordenar os textos segundo um critério útil e imediatamente entendível para o leitor, bem como uniformizar os critérios de apresentação do grego clássico (o grego original oscila com a opção transliterada). A despeito disto, e retendo a heterogeneidade qualitativa dos ensaios em apreciação, encontram-se contributos de elevada importância e interesse para a comunidade filosófica em geral.

PEDRO VISTAS

CORNELLI, Gabriele, LISI, Francisco L. (eds.), *Plato and the City*, Germany: Academia Verlag, Sankt Augustin, 2010, 143 pp.

Este conjunto de estudos editados por Gabriele Cornelli e Francisco L. Lisi funciona bem como um convite à reflexão sobre um variado número de temas sempre relacionados com questões de pensamento político clássico. A pluralidade de abordagens e aproximações desta publicação é variada; a própria profundidade das análises efectivadas em cada artigo é também diferente e múltipla; porém os onze textos compilados nesta obra gravitam todos em torno de questões que se prendem sempre com os problemas e as eternas controvérsias tão características da interpretação crítica do pensamento platónico, tanto mais que é aqui especificamente tratado do ponto de vista da teoria política antiga.

O prefácio dos editores é exíguo mas interessante pela verticalidade dos assuntos tratados; nele a referência inicial à acusação de Popper relativamente à inspiração platónica dos totalitarismos contemporâneos fundamenta e agudiza tanto o conflito de interpretações de que esta obra é sinal evidente como o real valor da teoria política platónica para os especialistas contemporâneos.

O primeiro artigo, de Anastácio Borges de Araújo Júnior, renova a tese de que há uma diferença fundamental entre a *República* de Platão e as *Leis*. Para Anastácio, no primeiro caso temos o filósofo rei que governa a cidade e no segundo caso assiste-se a uma alteração conceptual do pensamento platónico, com a introdução da ideia da soberania das leis. Vale a pena assinalar que neste artigo as citações tanto da *República* como das *Leis* são feitas a partir das traduções portuguesas vertidas seguidamente para inglês.

O segundo artigo, da autoria de Francisco L. Lisi, foca o problema da oposição entre a esfera privada e a esfera pública na *República* de Platão. Sublinha-se a radicalidade ideologicamente coerente da proposta platónica e no fim do artigo a crítica aristotélica ao problema. O texto é criativo e original; sublinhe-se a sua introdução com um pequeno enquadramento do problema na cultura moderna e contemporânea.

O terceiro artigo, de Franco Trabattoni, questiona o interesse da cidade ideal na *República* na actualidade. A resposta é bifronte: por um lado o conteúdo cognitivo de valor aduzido por Platão é escasso, mas os mecanismos teóricos então estabelecidos têm ainda nos dias de hoje um alto valor. É um artigo de crítica original destemida e essencialmente preocupado com a forma e o conteúdo teórico da teoria utópica de Platão, face à realidade política contemporânea. A conclusão retirada é discutível – principalmente quando não há neste artigo uma real intervenção teórica de figuras da especulação política actual.

O quarto artigo, de Gabriele Cornelli, é uma reflexão aprofundada sobre o papel da relação entre palavra, paixão e política no pensamento antigo – e evidentemente com especial evidência em Platão. O artigo é original e do ponto de vista histórico e filosófico é igualmente bastante sólido. No texto escrito pressente-se espaço teórico, inteligência e conteúdo para um estudo mais aprofundado e longo sobre a temática tratada.

O quinto artigo, escrito por Giovanni Casertano, oferece um estudo que passa em revista alguns dos livros mais fundamentais da *República* platónica. Sem nenhuma tese em particular, é essencialmente uma investigação histórica descritiva, focando com especial atenção a originalidade intelectual de Platão face ao ambiente mental da sua época. Este artigo é compacto e denso; o título é muitíssimo promissor e o texto insiste no contraste entre o que na actualidade política era pressentido por Platão e aquilo que deveria ser no futuro. Casertano poderia ter explorado mais os meandros e os matizes metafísicos e epistemológicos profundos que os pressupostos e as decisões fundamentais de Platão materializam na sua anatomia política e que aliás parecem estar bem resumidos na própria tensão que o título deste seu artigo assinala.

O sexto artigo, de Hector Benoit, é muito provavelmente a peça mais excêntrica da compilação; no seu âmago pretende mostrar como é falsa a ideia de que Platão é um inimigo dos poetas e da democracia. O texto passa por Hegel e Deleuze; é um estudo original que remete para algumas questões de arquitectura em Brasília e poesia contemporânea. É um texto

pluridisciplinar e por isso mesmo singular, sendo conceptualmente heterogéneo mas também e por essa mesma razão interessante para os amantes das reverberações platónicas mais insuspeitas na actualidade.

O sétimo artigo, da autoria de Marcelo Carvalho, é uma peça que analisa a relação entre o *logos*, o ser e a cidade em Platão. Passando pelo *Sofista*, o *Crátilo* e o *Teeteto*, estuda a figura da sabedoria, da verdade e da aparência na cidade. É um escrito intelectualmente sublime e bem entretido num ideário que apenas desenvolve com brevidade e que poderia ir bastante mais longe.

O oitavo artigo, de Marcelo D. Boeri, gravita essencialmente em torno da ideia de que o cosmopolitismo estóico traz também consigo e inaugura na verdade o conceito de uma racionalidade universal omnipresente em toda a realidade. A cidade cósmica é aquela que é articulada numa racionalidade universal devidamente organizada; e o repto aqui lançado é o de redescobrir no estoicismo uma filosofia prática sofisticada que assenta no conceito de uma inteligibilidade cósmica. O texto escapa um pouco à temática central do livro – Platão –, mas é sugestivo, está bem estruturado e convida à renovada reflexão sobre o platonismo.

O nono artigo, assinado por Maria Aparecida de Paiva Montenegro, trata uma questão fundamental no espaço da reflexão especializada em Platão. O problema da relação entre metafísica, arte e política é bem resumido pela autora que aqui materializa uma interpretação clássica e bem fundamentada na bibliografia secundária já tornada clássica. É um artigo breve que trata um tema fundamental e que só por isso se torna de leitura obrigatória para quem se debruça sobre o difícil tríptico de Platão: Metafísica, Epistemologia e Política.

O décimo artigo, de Mauricio Pagotto Marsola, analisa a influência platónica no pensamento de Plotino face ao relato de Porfírio quanto à hipótese concedida a Plotino de fundar uma cidade que, inspirada na utopia política de Platão, se chamaria Platonopolis. A questão política em Plotino é analisada com recurso a material bibliográfico competente e daí resulta uma perspectiva perspicaz sobre o problema. Este trabalho está bem estruturado e mostra uma boa percepção do problema em Plotino.

O décimo primeiro e último artigo desta compilação, de Noburu Notomi, mostra a tensão instalada entre a real situação e o contexto político que circundava a época em que a *República* foi escrita e as teses que nela são veiculadas. Notomi conclui que na *República* não existem prescrições políticas imediatamente contextualizadas para a mudança das instituições

políticas que rodeavam Platão; mas a análise do mestre ateniense, ainda assim, pretende entre outras coisas mostrar que tanto democratas como oligarcas têm concepções erradas da natureza humana e da justiça. Este artigo é estruturado, bem articulado do ponto de vista conceptual e defende uma tese concreta, produzindo argumentos hermenêuticos nesse sentido.

Plato and the City é na sua totalidade orgânica uma obra relevante mais constituída de convites à reflexão do que propriamente de investigações aprofundadas, complexas e especializadas de um ponto de vista técnico. *Plato and the City* é uma obra que reúne propostas particulares, apelos à ponderação breve e plural, mas vertical e suficientemente técnica e específica para se poder dizer que é um pequeno volume especializado que não abusa excessivamente do recurso ao trabalho bibliográfico secundário; é um esforço digno de ponderação para a reflexão contemporânea internacional sobre temas políticos antigos, óptimo para quem na língua inglesa deseja um trabalho leve mas informado, competente e que gosta de recapitular de forma actualizada os temas que nesta obra se abordam. É um conjunto de propostas sugestivas materializadas por especialistas que têm nitidamente sensibilidades diferentes; são estímulos interessantes, sendo alguns textos aliás expressão de ideias originais e que têm assim um real potencial de crescimento para serem mais profundamente desenvolvidos por quem se interessar por um tema tão controverso como a teoria política platónica e tudo o que em torno dela gravita.

DAVID G. SANTOS (Universidade da Beira Interior,
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa)

DICIONÁRIO HISTÓRICO DAS ORDENS E INSTITUIÇÕES AFINS EM PORTUGAL (direcção de José Eduardo Franco, José Augusto Mourão e Ana Cristina da Costa Gomes), Lisboa, Gradiva, 2010.

A obra que se apresenta, publicada sob o alto patrocínio da Presidência da República, teve uma longa gestação, pelo menos de 2005 a 2010. O que não admira, dada a volumosa informação que veicula: por 1019 páginas passam 368 instituições, agregadas em 7 secções (uma das quais subdividida em 5 subsecções). Destas, a grande maioria (231) são cristãs católicas, o que não admira, num país nascido no mais profundo seio da catolicidade. E ainda que os coordenadores quisessem, de algum modo, alcançar um